



Prestes em S. Paulo: Apoio Dos Comunistas à Chapa Ademar - Porfírio

(Noticiário na última página)

VOZ OPERÁRIA

N. 482 ★ RIO DE JANEIRO, 30 DE AGOSTO DE 1958

No Ceará os Nacionalistas Apóiam A Candidatura de Virgílio Távora

Pontos do programa do candidato da Coligação Democrática: Defesa da Petrobrás, reatamento de relações com os países socialistas, respeito às liberdades, apoio às reivindicações dos trabalhadores — Reunem-se em torno do sr. Parsifal Barroso as forças mais reacionárias do Estado ★ Correspondência de Fortaleza, na página central

★ ★ ★ ★ ★

REAFIRMA O CLUBE MILITAR:

A PETROBRAS E' INTOCAVEL

(Leia na página 12)



ARTISTAS BRASILEIROS NA CHINA — Depois de uma vitoriosa tournée pela União Soviética (estiveram em Leningrado, Moscou, Kiev, Lvov e outras cidades), um grupo de artistas brasileiros do rádio e da televisão — entre os quais Jorge Goullart, Nora Ney, Maria Helena Raposo e os componentes do Conjunto Farrupilha, tendo como chefe da delegação Alberto Carmo — visitou a República Popular da China. Sua primeira exibição foi em Pequim, obtendo grande sucesso a apresentação dos ritmos e melodias brasileiras. Na foto, (agência Hsinhua) os artistas brasileiros, ao lado de dirigentes da Associação Chinesa de Relações Culturais com o Estrangeiro, Chu Tu-nam (o terceiro à direita) e Ting Hsi-ling (o primeiro à direita), recebem manifestações de apreço do público chinês que assistiu à sua primeira atuação, a 10 de agosto.

Leia

A CAMPANHA ELEITORAL

em Pernambuco

ARTIGO DE DAVID CAPISTRANO

PREPARAM-SE OS PATRIOTAS FLUMINENSES PARA DERROTAR O ENTREGUISMO

Instala-se dia 20 a II Convenção dos Trabalhadores do D. F. (9a. página)

Artigo de A. Markov sobre o "Anti-Duhring" de Engels (4a. página)

Nossa Posição no Pleito Pauísta (Editorial na 3a. página)

Num Escritório Eleitoral de Niterói, partidários da Coligação Popular Nacionalista preparam um comando para colar cartazes (Reportagem na página Central)



No 80.º Aniversário da Publicação do «ANTI-DUHRING»

HA 80 anos, no verão de 1878, foi publicada a genial obra de Frederico Engels, o «Anti-Dühring», na qual o autor analisa de maneira profunda e sob todos os aspectos os problemas mais importantes que constituem as três partes do marxismo: o materialismo dialético, a economia política e a teoria do comunismo científico.

Visava a luta direta contra as concepções de Dühring, um dos inimigos do marxismo na década de 70 do século XIX na Alemanha, a obra de F. Engels «Anti-Dühring», de cujo preparo participou ativamente Carlos Marx, que examinou todo o manuscrito antes de ser dado à impressão, e de cuja autoria é o capítulo «Da História Crítica». Esse trabalho é exemplo clássico de ofensiva intransigente contra a ideologia burguesa, hostil à classe operária, e contra o oportunismo.

O aparecimento do «Anti-Dühring» ocorreu, no período em que o marxismo começava a propagar-se cada vez mais rápida e amplamente ao movimento operário internacional. V. I. Lênin escreve, caracterizando esse período: «A dialética da história é tal que a vitória teórica do marxismo obriga seus inimigos a se dizerem marxistas. O liberalismo, pôde até à medula, tenta adquirir nova vida sob o aspecto do OPORTUNISMO socialista. Um período de preparação de forças para os grandes embates é por eles concebido como fuga a essas lutas».

Nessa época, os oportunistas na Alemanha orientavam-se claramente no sentido de transformar o Partido Social Democrático em partido de reformas sociais, procurando rebaixar o socialismo científico a socialismo atópico pequeno-burguês. Um dos campeões dessa espécie de «socialismo» era Dühring, cujas obras eram acolhidas com simpatia pelos dirigentes do Partido. Referindo-se às péssimas condições em que se encontrava o Partido,

Marx escreveu a Sorge em outubro de 1877:

«Na Alemanha impera a prórdão em nosso Partido, não tanto entre as massas quanto entre os chefes «operários» ou os chefes oriundos das classes superiores. O compromisso com os lassallanos (no Congresso de Unidade realizado em Gotha, em 1875. — A. M.) levou também ao compromisso com outros elementos vacilantes em Berlim, (...) com Dühring e seus «admiradores», e, além disso, com todo um bando de estudantes inexperientes e doutores super-geniais que perseguem o objetivo de fornecer ao socialismo uma orientação «idealista mais elevada», isto é, de destruir sua base materialista (...).

Marx e Engels consideraram como dever primordial lutar contra o oportunismo remane nas fileiras da social-democracia e sua fonte principal naquela época — as concepções de Dühring. Para paralisar a propagação dessa corrente oportunista nas fileiras do Partido Social-Democrático decidiu-se criticar sob todos os aspectos os escritos de Dühring. Para esse fim Engels publicou em 1877 nas páginas do órgão central da social-democracia alemã — o jornal «Forwärts» — uma série de artigos sob o título «O sr. Eugênio Dühring Faz Uma Revolução na Ciência», os quais foram reunidos em volume, o «Anti-Dühring».

Em seu trabalho genial Engels não deixa pedra sobre pedra das teorias do sr. Dühring, revelando a característica de sua obra, o ecletismo, e ao mesmo tempo cumprido outro dever extremamente importante: expõe os problemas fundamentais relativos às par as integrantes do marxismo como doutrina monolítica e consequentemente revolucionária. Aplicando o materialismo dialético ao estudo da natureza e da sociedade, Engels esclarece muitas questões importantes das ciências naturais e das ciências sociais.

Uma Poderosa Arma na Luta Contra a Ideologia Burguesa E o Revisionismo - (Artigo do Prof. A. MAKAROV)

No «Anti-Dühring» são sistematizados os resultados da atividade desenvolvida em conjunto por Marx e Engels durante muitos anos para concepção cuja criação é uma grandiosa revolução na história do pensamento social.

Caracterizando o «Anti-Dühring», V. I. Lênin escreve que se trata de uma obra admirável por sua riqueza de conteúdo e ensinamentos, obra em que se analisam os problemas mais importantes da filosofia, das ciências naturais e das ciências sociais; assim como o «Manifesto do Partido Comunista», é um livro de cabeceira para todo operário consciente.

Analisando em sua obra as teses fundamentais da teoria do comunismo científico, F. Engels revela a essência reacionária do socialismo pequeno-burguês de Dühring e o falso socialismo dos oportunistas-reformistas, que admitem a possibilidade de se alcançar a sociedade socialista sem a revolução proletária e sem que o proletariado estabeleça sua ditadura. Engels critica amplamente o socialismo utópico de Dühring, mistura de argumentos retirados das diversas teorias pequeno-burguesas sobre o socialismo. Engels revela que esse «socialismo» visa a menosprezar o papel da luta de classes do proletariado contra a burguesia, e leva o movimento operário ao reformismo. Engels demonstra todo o utopismo do projeto de Dühring relativo à futura sociedade socialista, projeto denominado por Dühring de «sistema natural» de uma sociedade que devia constituir-se por federação de comunas econômicas — agrícolas e fabris —, conservando-se a troca de mercadorias e o dinheiro.

Em sua exposição da teoria do comunismo científico Engels caracteriza a sociedade capitalista como a última formação econômico-social baseada na exploração de uma classe por outra, sociedade em cujas entranhas amadurecem todas as premissas



materiais necessárias e os fatores subjetivos para sua substituição revolucionária, — regida por leis, — pela formação social comunista.

Segundo afirma a teoria do comunismo científico a contradição fundamental do capitalismo é a contradição entre o caráter social do processo de produção e o modo privado capitalista de apropriação, contradição que se expressa no aguçamento da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Engels

revela no «Anti-Dühring» que, aguçando-se continuamente, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas assumem cada vez mais a forma de conflito, o qual se manifesta nas crises de super-produção. Engels escreve que, nas crises econômicas o modo de produção se insurge contra o modo de troca, as forças produtivas se insurgem contra o modo de produção por elas superado. Na frequência das crises econômicas Engels vê, em primeiro lugar, a maior incapacidade do modo de produção capitalista de governar as forças produtivas e, em segundo lugar, a tendência das forças produtivas a libertarem das relações de produção capitalistas. Engels observa que tudo isso força a classe capitalista a lidar com as forças produtivas como forças produtivas sociais, o que se expressa na organização de sociedades anônimas, trusts e outros tipos de corporações monopolistas e também no fato de alguns setores da economia passarem para as mãos do Estado.

Analisando os casos em que certos setores da produção se tornam propriedade do Estado, Engels observa que esse fato de modo algum modifica o caráter capitalista das relações de produção, a essência burguesa do regime econômico da sociedade, assim como não altera a essência exploradora do Estado capitalista. Estado que não é nada mais do que a ditadura da burguesia, o capitalista coletivo ideal. Em regra geral a nacionalização burguesa só ocorre quando é vantajosa aos próprios capitalistas. Em troca das empresas encampadas pelo Estado e nas quais seus antigos donos já não podiam conseguir lucros, os proprietários capitalistas recebem grande indenização em dinheiro e os postos-chaves dos setores nacionalizados. Assim acontece com o capitalismo do século XIX, — época em que Engels escreveu sua obra, — e o mesmo continua a suceder na atual sociedade capitalista.

O autor do «Anti-Dühring» demonstra que o Estado capitalista é uma organização «que a sociedade burguesa cria para defender as condições» (Conclui na 11a. página)

VIDA ECONÔMICA

Exportações e Capitais Estrangeiros

EM discurso pronunciado quinta-feira passada, por ocasião da instalação do Grupo de Trabalho do Conselho de Desenvolvimento, encarregado de estudar os problemas de nosso comércio exterior, o sr. Lucas Lopes, atual ministro da Fazenda, apontou a estagnação das exportações brasileiras como o principal fator de desequilíbrio em nossa balança de pagamentos. Enquanto aumentam as importações, em consequência do processo de desenvolvimento em curso no país, as exportações permanecem estagnadas no nível de dez anos atrás, verificando-se mesmo acentuada queda em seu volume físico.

AGRAVA-SE, por isso mesmo, o DEFICIT de nossa balança de pagamentos. Para o corrente ano, esse DEFICIT será da ordem de 500 milhões de dólares, superior em mais de 100 milhões ao verificado o ano passado. «Para esse resultado desfavorável, diz o sr. Lucas Lopes, concorrem fundamentalmente, de um lado, a queda da receita cambial proveniente das exportações de café, do algodão e de alguns outros produtos; de outro lado, a pesada incidência de compromissos cambiais acumulados ao longo do último decênio». E lança, como solução para essas dificuldades, a palavra de ordem de «exportar ou estagnar».

NÃO há dúvida que a estagnação de nossas exportações, ao tempo em que o desenvolvimento industrial do país exige importações cada vez maiores, é um dos fatores básicos desse desequilíbrio na balança de pagamentos do país. Isto, porém, não é tudo.

SEGUNDO dados da SUMOC, referentes ao primeiro trimestre do corrente ano, nossa balança de pagamentos apresentou um saldo negativo da ordem de 122 milhões de dólares, quando em idêntico período de 1957 e 1956, registrou um déficit de apenas 22 milhões de dólares e um superavit de 71 milhões, respectivamente.

QUAIS as origens desse volumoso saldo negativo em nossa balança de pagamento? Será a queda ou estagnação das exportações a sua causa essencial? Os dados da SUMOC revelam-nos que não.

REALMENTE, a balança comercial do país, nesse período apresentou um déficit de apenas 40 milhões de dólares: importamos mercadorias no valor de 297,9 milhões de dólares, e exportamos 257,8 milhões. Para esse déficit concorreram, principalmente, as quedas verificadas nas exportações de café (96,2 milhões) madeiras (5 milhões) e cacau (1 milhão), compensadas em parte pelo incremento das exportações de açúcar, minerais e algodão.

ENQUANTO isto, o movimento de capitais apresentou um saldo negativo da ordem de 43 milhões de dólares, contra 13 milhões em 1957 e 9 milhões em 1956, e a rubrica PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS fechou com um déficit de 36 milhões de dólares.

VEMOS, assim, que a queda em nossas exportações contribuiu apenas com cerca de 30 por cento para o déficit verificado na balança de pagamentos, durante o

primeiro trimestre do corrente ano, enquanto a saída de capitais para amortizações, muito mais volumosa do que nos anos precedentes, e o pagamento de serviços contribuíram com dois terços. Desta forma, ao lado da queda ou estagnação das exportações, a saída de capitais e pagamento de serviços vêm contribuindo, substancialmente, para o grave desequilíbrio da balança de pagamentos do país.

O discurso do sr. Lucas Lopes peca, desta forma, pela sua unilateralidade. Vendo um aspecto do problema, realmente importante e merecedor de estudo e solução — o das exportações —, o ministro da Fazenda fecha os olhos, propositalmente, para a enorme sangria que representa, para a economia nacional, o atual regime de investimentos de capitais estrangeiros no país, em que todas as facilidades e garantias são asseguradas, particularmente quanto à exportação de lucros, «royalties» e amortizações de capitais.

DEFENDENDO teses justas como a necessidade do aumento das exportações e de sua diversificação, a conquista de novos mercados, inclusive os dos países socialistas, e reconhecendo que não podemos confiar o equilíbrio de nossa balança de pagamentos na entrada de capitais estrangeiros, o sr. Lucas Lopes esqueceu-se da imperiosa necessidade de se disciplinar melhor a entrada e saída de capitais estrangeiros do país, tendo-se em vista, principalmente, a salvaguarda dos interesses da indústria nacional e do desenvolvimento independente de nossa economia.

Instala-se Dia 2 a II Convenção Dos Trabalhadores do Distrito Federal

A Comissão Organizadora da II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal já ultimou os preparativos para a realização do conclave. O certame terá lugar de 2 a 6 de setembro e as sessões preparatórias, de abertura, plenárias e de encerramento realizar-se-ão no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, sito à Avenida Graça Aranha número 169, e Rua México, número 128.

O Temário

Será o seguinte o temário da Convenção:

- Salários;
- Liberdade e situação das Organizações Sindicais;
- Lei Orgânica da Previdência Social e funcionamento dos Institutos e Caixas;
- Justiça do Trabalho, Legislação do Trabalho, sua aplicação e Direito de Greve;
- Propaganda e Imprensa Sindical;
- Desenvolvimento Econômico Nacional.

Os membros efetivos da Convenção

Nas disposições gerais do Regimento Interno elaborado pela Comissão Organizadora "ad-referendum" da Convenção, se estabelece que o certame tem por finalidade condensar o pensamento dos trabalhadores, pelos represen-

Serão debatidos os seguintes pontos do temário: salários; liberdade e situação das organizações sindicais; Lei Orgânica da Previdência Social e funcionamento dos Institutos e Caixas; Justiça do Trabalho, Legislação do Trabalho, sua aplicação, e Direito de Greve; propaganda e imprensa sindical; desenvolvimento econômico nacional

tantes de suas respectivas entidades, sediadas no Distrito Federal, através do debate e aprovação de proposições sobre os princípios que constituem o "Temário", não sendo permitidas discussões de problemas a ele estranhos. Serão membros efetivos da Convenção, com direito de participar ativamente dos debates, votar e ser votados:

a) As Federações de Trabalhadores sediadas no Distrito Federal, pelos seus Diretores, membros dos Conselhos Fiscais e dos Conselhos de Representantes, e ainda, os trabalhadores dos respectivos planos ou grupos eleitos pelos Conselhos de Representantes;

b) os Sindicatos de Trabalhadores, sediados no Distrito Federal, pelos seus Diretores e membros dos Conselhos Fiscais, e também os trabalhadores eleitos pelas respectivas Assemblelas;

c) as Organizações de grupos profissionais sediadas no Distrito Federal, pelos seus Diretores e membros dos Conselhos Fiscais, e também os trabalhadores eleitos pelas respectivas Assemblelas.

Ressaltamos o critério amplamente democrático adota-

do para a constituição das delegações. De acordo com o estabelecido, dentro das delegações dos Sindicatos poderão fazer-se representar inclusive fábricas e empresas.

O sistema de votação

As votações deverão ser tomadas por aclamação, cabendo o direito de voto a todos os convencionais presentes. Mas, a pedido de um delegado votante, poder-se-á proceder à votação nominal, por entidade, desde que o pedido seja apoiado por 15 delegados votantes. Neste caso, a cada entidade participante tanto no plenário como nas comissões, corresponderá um voto, o qual será dado pelo membro da Delegação para esse fim designado.

Os órgãos da Convenção e suas atribuições

Os órgãos da Convenção serão constituídos pelo Plenário, Comissão Executiva, Comissões de Proposições e Comissão de Redação. Haverá também uma Assessoria

Especializada composta de elementos designados pela Comissão Executiva.

O Plenário, integrado por todos os convencionais, observado o Regimento, será soberano em suas deliberações. Apreciará, aprovando, modificando ou rejeitando, os pareceres e conclusões das Comissões que lhe forem encaminhados pelos representantes por elas credenciados. As indicações e mocções que não contiverem afirmações suscetíveis de exame pelas Comissões e nem contrariarem as finalidades da Convenção, serão apreciadas em discussão única pelo plenário, sendo seu relator um dos Secretários da Comissão Executiva. Após a leitura de cada relatório, em plenário, os membros da Convenção poderão usar uma só vez da palavra, pelo tempo de 3 minutos. Ao autor de proposição, indicação ou mocção vencida, será ainda assegurada a palavra pelo tempo de 5 minutos.

A Comissão Executiva será constituída de Presidente, 3 vice-presidentes, secretários geral, 1º e 2º, secretários e 1º e 2º tesoureiros, eleitos pela Comissão Organizadora da Convenção, "ad-referendum" do plenário. A ela compete dirigir as sessões da Convenção, velar pela boa ordem dos seus trabalhos, cumprir e fazer cumprir o regimento, zelando para que a Convenção atinja os seus objetivos. Deve ainda designar os membros da Comissão de Redação, os integrantes da Assessoria Especializada e dar cumprimento às determinações da Convenção.

Haverá uma Comissão de Proposições para cada ponto do temário. Pelas Comissões serão distribuídos os membros do plenário e em cada uma delas serão eleitos pelos seus componentes 1 presidente, 1 vice-presidente e 1º, 2º e 3º secretários. Nas Comissões as proposições referentes a um mesmo item do temário serão discutidas e votadas em bloco. Todas as proposições serão relatadas pelo 1º secretário da respectiva Comissão. Após a leitura do relatório, cada um dos membros da Comissão, inclusive o autor da proposição e o relator, poderá fazer uso da palavra durante 3 minutos, procedendo-se em seguida à votação. Os pareceres e conclusões votados serão encaminhados pela Mesa ao secretário geral da Comissão Executiva, que as incluirá na pauta para os trabalhos do plenário.

A Comissão de Redação será composta por elementos designados pela Comissão

Executiva e deverá elaborar os Anais da Convenção, encaminhando cópias autenticadas dos mesmos às entidades participantes do Conclave, para serem levados aos conhecimentos dos seus filiados e remetidos às autoridades públicas. Os Assessores especializados terão assento nas Mesas do Plenário e das Comissões. A eles compete prestar informes técnicos sobre os assuntos em debate sempre que a isso forem solicitados pelas respectivas Mesas.

As sessões do conclave

A sessão preparatória e de instalação será realizada às 20 horas do dia 2 de setembro e a sessão solene de encerramento, às 20 horas do dia 6. As sessões plenárias serão realizadas no dia 5 de setembro às 19 horas e no dia 6 das 9 às 12 horas e das 13,30 às 17 horas. As Comissões deverão reunir-se nos dias 3 e 4 de setembro a partir das 19 horas. Como vemos, a maior parte das reuniões se realizará durante a noite a fim de possibilitar uma ampla participação dos trabalhadores.



Durante as sessões de instalação e plenárias e nos trabalhos das Comissões não será permitido o uso da palavra, sob nenhum pretexto, a qualquer pessoa ou entidade não participante da Convenção. Na sessão solene de encerramento, a palavra será concedida o uso da palavra exclusivamente a um representante de cada Casa do Poder Legislativo Federal ou Municipal e aos representantes dos Poderes Executivo e Judiciário.

Pontos de maior interesse

Todos os pontos do temário da Convenção são de primordial importância. Alguns, porém, estão despertando maior interesse entre os trabalhadores. Um deles é o que se refere aos Salários, sabido, como é, que a luta pela elevação dos níveis de salário-mínimo vem se processando sem encontrar a necessária boa vontade por parte das autoridades competentes. Justiça do Trabalho e Direito de Greve, igualmente, serão objeto de grande número de teses, pois em quanto a lei que regulamentou o direito de greve encontra-se paralisada no Congresso Nacional, há grande desconhecimento pela leitariação com que são encaminhados os processos trabalhistas.

Quanto ao Desenvolvimento Econômico Nacional, além dos problemas de interesse permanente que oferece, no momento duas questões que empolgam a opinião pública e, por conseguinte, os trabalhadores. Trata-se da Indústria Nacional de Construção Naval, em risco de ser entregue a grupos estrangeiros, e da Rede Ferroviária Federal. Sobre essas questões, espera-se, serão apresentadas teses pelas representações dos marítimos e ferroviários.

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO, PROBLEMAS VITAIS DA 2ª. CONVENÇÃO DOS TRABALHADORES

ROBERTO MORENA

No dia 2 de setembro próximo, se iniciam os trabalhos da 2ª. Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal. Durante os dias 2 a 6, dezenas de delegados dos sindicatos e de fábricas discutirão os mais atuais problemas do movimento operário e sindical da Capital da República.

A importância desse conclave está na reafirmação da unidade dos trabalhadores, de suas organizações sindicais e de sua firme disposição de lutar intransigentemente pelo programa nacionalista já aprovado na 1ª. Convenção, realizada em abril e maio de 1957. Os trabalhos de preparação e realização do conclave decorrem em plena campanha eleitoral e, apesar dos debates entre candidatos e seus comitês eleitorais, a unidade de ação e de organização tem sido mantida, ressaltada e ampliada.

As resoluções que serão tomadas na 2ª. Convenção tem um definido caráter programático. Qualquer organização partidária ou candidato pode adotá-lo, pode também fazer de norma para sua propaganda ou para sua orientação parlamentar, se eleito para qualquer das casas legislativas.

TORNASE evidente que se necessita, agora, depois de meses e anos de uma útil experiência unitária, estudar e encontrar uma forma capaz de coordenar melhor a ação dos trabalhadores de todos os ramos profissionais. O atual sistema sindical ainda não foi revisto apesar de que muitas modificações e inovações foram sendo levadas à prática pelo próprio desenvolvimento das lutas operárias e da organização sindical. As próprias realizações de convenções, conferências, congressos, de reuniões de âmbito estadual ou nacional de vários ramos profissionais, que não estão previstos nas leis vigentes são elementos indispensáveis à vida da classe trabalhadora e oficializadas e acatadas pelo Estado e os governos. A criação do Conselho Regional Consultivo da CNT, sob a égide da Delegacia Regional desse organismo confederativo, foi, sem dúvida alguma, um passo adiante na coordenação das atividades das federações, sindicatos e associações dos trabalhadores da indústria. Mas, até agora não há organismos similares nos

trabalhadores do comércio ou do transporte, o que viria a melhorar e facilitar a ação do movimento sindical desses ramos de atividade.

Conjuntamente com esse problema, que é o da melhoria da organização por cima, temos o outro, que julgamos, inclusive, mais importante e urgente: é o de levar a organização sindical às fábricas, nos locais de trabalho. Nesse sentido já temos algumas experiências que devem ser estudadas e aproveitadas convenientemente por todo o movimento sindical. Exemplifiquemos: a criação dos delegados sindicais nos metalúrgicos e nos gráficos e, em menor proporção, nos marceneiros e agora nos comerciantes. São tentativas que têm dado bons resultados, mas que ainda não têm um reconhecimento oficial, não são sistematizados em lei, dependendo sua atuação do grau do valor da organização sindical geral ou da própria fábrica.

Esses dois problemas serão tratados no segundo ponto da Ordem do Dia. Na 1ª. Convenção essas questões não foram discutidas profundamente. O que se fez então foi levar os organismos sindicais existentes, dentro da atual sistemática sindical, a unir seus esforços e traçar um programa comum. E mais ainda: elevar o movimento sindical à altura de participar na vida econômica e política do país, diretamente, sem intermediários, dando um conceito novo ao dirigente e militante sindical.

Mas não se tomaram medidas de organização capazes de assegurar uma permanente mobilização, uma constante vigilância da massa trabalhadora, para o cumprimento das resoluções tomadas.

Na 2ª. Convenção, com um ano e quatro meses de prática, o movimento sindical do Distrito Federal já tem elementos para examinar esses problemas. Espera-se que as delegações tragam importantes teses e propostas nesse sentido.

A 2ª. Convenção unificará ainda mais os laços de fraternidade entre os trabalhadores do Distrito Federal. Sua unidade será aprofundada e ampliada e sua organização reforçada. Isso é que se espera do conclave de 2 a 6 de setembro, próximo.

Tenta o Governo Impedir a Aprovação do Plano de Classificação do Funcionalismo

Dispostos os funcionários a lutar pelo cumprimento da resolução do II Congresso Nacional Extraordinário dos Servidores Públicos

OS FUNCIONARIOS públicos federais estão se empenhando vivamente junto ao Congresso Nacional para obter a aprovação do Plano de Classificação antes do pleito de 3 de outubro, conforme resolução do II Congresso Nacional Extraordinário dos Servidores Públicos.

O governo manobra no sentido de não atender a essa reivindicação do funcionalismo. A princípio, a justificativa apresentada era de que não haveria possibilidade de aprovação do plano em virtude de os deputados se encontrarem nos Estados tratando da sua eleição, etc. Mas, a ação dos líderes do funcionalismo no Rio, tendo à frente o presidente da UNSP, sr. Lycio Hauer, conseguiu fazer aprovar o Projeto em tempo recorde nas Comissões da Câmara. Em sessão conjunta daquelas Comissões, onde foi facultada a palavra ao secretário geral da UNSP, foram desfeitas várias alegações desfavoráveis ao plano. Falando aos jornais, o sr. Lycio Hauer demonstrou a má vontade do DASP com relação ao funcionalismo. Basta citar o absurdo de que o DASP em seu projeto de Plano fixa vencimentos básicos entre 3.800 e 14 mil cruzeiros, enquanto que a tabela vigente está escalonada de 3.800 a 17 mil cruzeiros.

Por outro lado, ante o trabalho que está sendo realizado pelos funcionários nos Estados, os deputados que se encontram fora do Rio estão telegrafando para a Câmara e pedindo informações sobre o dia em que o projeto estará em plenário a fim de comparecerem. Vendo a possibilidade de ser aprovado o Plano, o líder do governo na Câmara ameaça com veto presidencial, pondo assim em nú as verdadeiras intenções do governo de não conceder a Classificação de acordo com o substitutivo Adame.

Os servidores públicos não pretendem concordar com a renúncia à classificação com aumento de vencimentos, momento quando novos aumentos do custo de vida são oficializados por órgãos do governo, como recentemente ocorreu, no Distrito Federal, com a majoração das passagens dos lotações.



ENTREVISTA DE LUIS CARLOS PRESTES

Sobre a Posição Dos Comunistas no Pleito de São Paulo

As eleições se farão em torno da luta entre o entreguismo e o entreguismo, declara Prestes — O objetivo dos comunistas é unificar as forças patrióticas para torná-las vitoriosas nas urnas — Em São Paulo, é ao lado das candidaturas de Ademar de Barros e Porfírio da Paz que se unem aos nacionalistas

SÃO PAULO, (De correspondente) — O grande acontecimento político da semana neste Estado foi a entrevista coletiva concedida por Luiz Carlos Prestes, na sede da Associação Paulista de Imprensa, a dezenas de representantes dos jornais, revistas e emissoras paulistas. A entrevista do ex-senador carioca estava sendo aguardada com enorme ansiedade, uma vez que nela Luiz Carlos Prestes tornaria pública a posição dos comunistas paulistas em face das eleições estaduais. De fato, em suas declarações, Prestes anunciou o apoio dos comunistas às candidaturas dos srs. Ademar de Barros e Porfírio da Paz a governador e vice-governador do Estado.

Prestes assinalou, inicialmente, em sua entrevista que o fato característico mais importante no atual panorama político do país é a luta entre o nacionalismo e o entreguismo. No processo dessa luta, têm os entreguistas sofrido sucessivas derrotas, enquanto avançam as forças patrióticas. Hoje — adiantou Prestes — em face da realização das próximas eleições, o entreguismo vê que não é mais possível limitar a sua ação às conspirações e ao golpe e se volta também para as eleições, visando através delas conquistar posições nos postos executivos e eleger o maior número possível de seus agentes para o Parlamento. Segundo declarou Prestes, os entreguistas concentram os seus esforços principalmente em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A vitória dos agentes dos trustes norte-americanos no próximo pleito representaria um sério perigo para a pátria e o povo, pois criaria as condições para perigosas con-

cessões ao Imperialismo, tais como a entrega do petróleo, a realização da reforma cambial, novos golpes sobre a indústria nacional — concessões que levariam a um drástico agravamento da vida dos trabalhadores.

Unificação das forças nacionalistas

Esclareceu Prestes que, diante do próximo pleito eleitoral, os comunistas envidam todos os esforços com o objetivo de unificar as forças nacionalistas. Referiu-se então à importância de marcharem unidas forças políticas como o PTB, o PSP e os comunistas. O PTB — acrescentou — é um partido que levanta a bandeira nacionalista, das liberdades democráticas e dos interesses dos trabalhadores. Outro partido da base inegavelmente popular, disse Prestes, é o PSP que, sobretudo em São Paulo, goza de grande influência jun-

ta, sendo de lembrar, entretanto, que em São Paulo os seus dirigentes tenham se colocado ao lado do sr. Carvalho Pinto, o candidato das forças entreguistas.

Prestes preconizou a vitória dos nacionalistas em São Paulo, nas eleições de outubro, acrescentando que esse triunfo terá uma significação decisiva porque poderá abrir caminho para uma nova correlação de forças políticas no país, tornando

possível a unificação nacionalista.

Por fim, Prestes declarou que os comunistas apolam decidida e entusiasticamente as candidaturas dos srs. Ademar de Barros e Porfírio da Paz aos cargos de governador e vice-governador do Estado. Esclareceu o ex-senador que essa decisão resultava de uma demorada análise da situação política e das forças que disputam o pleito. E' em torno desses no-

tos — afirmou Prestes — que se torna possível unir as forças nacionalistas de São Paulo para impor ao entreguismo a derrota nas urnas de outubro.

O Sacrifício de Vargas

Diversas comemorações assinalaram a passagem, nesta capital e nos Estados, do 24 de agosto, data que recorda o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, sob a pressão dos agentes do imperialismo norte-americano e dos golpistas. Durante as manifestações, que se realizaram por todo o país, foi lembrada pelos trabalhadores e todos os patriotas a Carta-testamento em que Vargas denunciou, em termos causticantes, a exploração do nosso país pelos trustes estrangeiros e concluiu os brasileiros à resistência contra a espoliação da pátria.

O gesto extremo a que recorreu Vargas, pondo fim à existência num momento dramático da vida nacional, quando os trustes norte-americanos e seus serviais procuravam desesperadamente nos atralar por completo aos banqueiros e generais iniques mostra até que ponto chega a brutalidade dos processos de que lança mão o imperialismo para alcançar os seus objetivos colonizadores. O sacrifício de Vargas, por isso mesmo, tem sido e continuará a ser um motivo de estímulo à luta de todos os patriotas brasileiros, independente de suas filiações partidárias, pela libertação do Brasil da exploração a que é submetido pelos trustes norte-americanos.



Reafirma o Clube Militar: A Petrobrás é Intocável

SEGUNDA-FEIRA ÚLTIMA, DIA 25, realizou-se no Clube Militar uma conferência do eng. Hélio Beltrão, ex-diretor da Petrobrás e membro do Instituto Brasileiro de Petróleo, em defesa da manutenção da Petrobrás. A luz de dados e argumentos irrefutáveis, o eng. Hélio Beltrão demonstrou que os interesses da segurança nacional e do desenvolvimento independente do país exigem que se conserve o monopólio estatal do petróleo e sejam repelidas as manobras entreguistas visando a participação dos trustes estrangeiros na exploração do nosso ouro negro. Grande número de militares e pessoas de outros círculos sociais aplaudiu demoradamente o conferencista. Nessa oportunidade, o general Pery Constant Bevilacqua propôs que o Clube Militar aprovasse uma moção reafirmando a confiança dos militares brasileiros na política nacionalista do monopólio estatal do petróleo e o "ardente desejo cívico de que tal política seja prosseguida sem vacilações e mantida a intangibilidade da Petrobrás", o que foi feito por aclamação. O Clube Militar aprovou também, sob calorosos aplausos, uma mensagem ao general Teixeira Lott pelo seu recente pronunciamento em São Paulo no sentido de que não deve haver qualquer modificação na política petrolífera brasileira, já concretizada na Petrobrás. Na foto, o eng. Hélio Beltrão quando pronunciava a sua conferência e parte da assistência.

«EXPORTAR ou estagnar» — eis a palavra-de-ordem lançada pelo ministro da Fazenda, em discurso pronunciado quando da instalação do Grupo de Trabalho encarregado de estudar os problemas de nosso comércio exterior. Nesse último decênio, disse o sr. Lucas Lopes, caiu em 15% o volume físico de nossas exportações, e o seu valor permaneceu mais ou menos estagnado, justamente em uma conjuntura em que aumenta nossa necessidade de importar e se acumulam os compromissos do país no exterior.

Medidas como a instalação de indústrias substitutivas de importação e a entrada de capitais estrangeiros, seja sob a forma de empréstimos ou de participação, revelam-se incapazes de solucionar as atuais e futuras dificuldades do país em sua balança de pagamentos. Além disso, afirmou o ministro da Fazenda, a própria instalação de indústrias substitutivas e o ingresso de capitais estrangeiros estão condicionados ao aumento das exportações. A instalação de indústrias substitutivas não resulta na diminuição das importações, mas apenas em mudança de sua composição; deixa o país de importar determinados bens de consumo e produtos acabados, ao tempo em que aumentam suas necessidades de matérias primas e equipamentos. E o ingresso de capitais estrangeiros não se verificará indefinidamente, sem que as exportações do país se mostrem capazes de assegurar a amortização desses empréstimos ou a remuneração dos capitais investidos.

Solução: Exportar

A solução dessas dificuldades só será possível com o aumento do volume e valor de nossas exportações. Aumentar a exportação de nossos produtos tradicionais, e ao mesmo tempo providenciar a sua diversificação.

Não são favoráveis, porém, disse o sr. Lucas Lopes, as perspectivas dos nossos principais produtos de exportação nos anos próximos. Daí, a vital importância de uma política agressiva de produção para exportação visando não apenas ao seu aumento, mas à sua diversificação, para não ficarmos na perigosa dependência de um ou dois produtos apenas.

Realmente, para animadores não os da-

Afirma Categórico o Ministro da Fazenda:

Comerciar Com Todos os Povos do Mundo e Diversificar a Pauta Das Exportações

Importante discurso pronunciado pelo sr. Lucas Lopes — «Exportar ou estagnar», eis o dilema com que se defronta o Brasil — Indispensável a diversificação de nossas exportações, para não ficarmos na perigosa dependência de um ou dois produtos apenas — Explorar novas áreas de comércio, inclusive as dos países socialistas — Não devemos depender dos mercados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental

dos referentes às exportações do Brasil no corrente ano. Cairam, neste primeiro semestre, as exportações de café. Em números redondos, exportamos 5.800.000 sacas, contra 6.600.000 em 1957 e 8.500.000 em 1956, para igual período.

É verdade que nossa balança comercial, nesses primeiros quatro meses, apresentou um saldo positivo da ordem de 77,5 milhões de dólares. Tal resultado se deve, porém, não ao aumento das exportações, mas às violentas restrições impostas às importações, em prejuízo da economia nacional. Essas restrições se verificaram, principalmente, sobre as importações dos países situados nas áreas monetárias de conversibilidade limitada e inconvertível, motivo por que em nada contribuíram para o alívio da pressão sobre nossa balança de pagamentos, uma vez que nossos compromissos financeiros no exterior estão situados, quase exclusivamente, na área do dólar.

Novos mercados

Não há dúvida de que é uma solução indispensável exportar. Exportar em maior quantidade e diversificar nossa pauta de exportação, a fim de que o país obtenha mais elevada receita de divisas. Para isso, como reconhece o próprio ministro da Fazenda, são indispensáveis modificações substan-

ciais em nossa política de comércio exterior. Reconhecendo que «as tendências a longo prazo dos mercados tradicionais brasileiros» revelam que «o mercado norte-americano continuará a ser por muitos anos o maior mercado para produtos primários brasileiros», o sr. Lucas Lopes afirma, no entanto, que aquele mercado «não tende a crescer em velocidade compatível com as necessidades crescentes de desenvolvimento dos países latino-americanos e do Brasil. O mesmo acontece com o mercado do Oeste europeu».

Trata-se, por isso mesmo, de conquistarmos novos mercados, a começar pelos dos países socialistas. Para conservarmos as taxas de desenvolvimento econômico compatíveis com as aspirações mínimas do país, diz o sr. Lucas Lopes, novas possibilidades de comércio terão necessariamente de ser desenvolvidas e novas áreas exploradas, inclusive as áreas do Leste europeu.

Reconhece, assim, o ministro da Fazenda, que a atual política de comércio exterior do país, subordinando a economia nacional ao mercado quase exclusivo dos Estados Unidos, constitui um obstáculo ao processo de desenvolvimento por que atravessamos. Para progredirmos no ritmo desejado, é indispensável reformar essa política, buscar novos mercados para a colocação de nossos produtos, sem esquecer, naturalmente, de desenvolver os atuais. Impõe-se, desta forma,

a abertura dos portos do Brasil a todos os países do mundo, e torna-se indispensável que ponhamos fim a essa política imbecil, que tantos prejuízos tem causado ao país, de desconhecermos a existência de mercados tão promissores como os da União Soviética, da República Popular da China e de outros países socialistas, que tão bons negócios vêm realizando com países como a Inglaterra, França, Egito e Argentina, e dezenas de outros.

O estabelecimento de relações normais entre o nosso país e os países socialistas é uma imperiosa necessidade do nosso próprio desenvolvimento, em boa hora reconhecida e proclamada pelo atual ministro da Fazenda. A sua concretização só pode merecer o apoio de todo o nosso povo.

Imensas as possibilidades

Não são destituídas de fundamentos as esperanças do sr. Lucas Lopes. São inegáveis as possibilidades de novos mercados para os nossos produtos. Não somente para isto, mas também como fornecedores de matérias primas e máquinas indispensáveis ao desenvolvimento econômico do Brasil. Aí está o exemplo da Argentina, a receber algumas centenas de milhões de dólares em máquinas, equipamentos e petróleo procedentes da União Soviética. Também o Egito, segundo notícias desta semana, acaba de receber em seus portos mais de 25 navios soviéticos carregados de máquinas e equipamentos destinados à sua industrialização, em troca de algodão e outros produtos primários de sua pauta de exportação.

Para não ficarmos em exemplos de outros países, vejamos dois diretamente ligados ao nosso país: 1º a proposta da União Soviética, que há quatro meses corre pelos canais burocráticos de nossos ministérios, para a troca de 200 mil toneladas de petróleo por cacau brasileiro, petróleo oferecido por preço (2,25 dólares por barril) muito inferior ao que adquirimos dos trustes norte-americanos (4,37 dólares); 2º — as declarações feitas por altas personalidades do governo da República Popular da China, a jornalista brasileira, de que o seu país poderia comprar de imediato cerca de 50 milhões de dólares de algodão, além de mostrar o imenso mercado que o seu país representa para os tecidos e outros produtos brasileiros.